

MIGRAÇÃO, SELEÇÃO E DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO EM PERNAMBUCO – 2000/2010¹

Luís Abel da Silva Filho
Universidade Regional do Cariri – URCA
abeleconomia@hotmail.com

Reili Amon-Há Vieira dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco – PIMES / Faculdade Nova Roma/FGV.
reiliamon@gmail.com

Alexandre Gori Maia
Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Columbia University – City of New York
gori@eco.unicamp.br

Resumo: a migração do capital humano é amplamente estudada na literatura internacional e nacional. A busca por trabalho e/ou melhores condições de trabalho é um dos principais determinantes da dinâmica migratória da força de trabalho. Nestes aspectos, este artigo pretende analisar a hipótese de seleção positiva migratória nos fluxos intermunicipais no estado de Pernambuco. Recorre-se ao modelo de Heckman em dois estágios, com correção de viés de seleção amostral. Os resultados mostram que o migrante intermunicipal pernambucano é positivamente selecionado. Ou seja, há características não observáveis que os tornam positivamente selecionados à migração. Além disso, as características socioeconômicas e demográficas dos migrantes afetam nos diferenciais de rendimentos entre os migrantes intermunicipais do estado.

Palavras-chave: migração intermunicipal, seleção, Pernambuco.

Abstract: The migration of human capital is widely studied in the international and national literature. The search for work and / or better working conditions is one of the main determinants of the migratory dynamics of the labor force. In these aspects, this article intends to analyze the hypothesis of positive migratory selection in the intermunicipal flows in the state of Pernambuco. The Heckman model is used in two stages, with selection bias correction. The results show that the intermunicipal migrant from Pernambuco is positively selected. That is, there are unobservable characteristics that make them positively selected for migration. In addition, the socioeconomic and demographic characteristics of migrants affect the income differences of state intermunicipal migrants.

Key words: intermunicipal migration, selection, Pernambuco.

JEL: J0, J15, J61

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro Pernambucano de Economia, dezembro de 2018.

1 Considerações iniciais

A migração do fator de produção trabalho é um tema acentuadamente relevante na literatura econômica teórica e empírica, tanto em nível nacional quanto internacional (AXELSSON & WESTERLUND, 1998; CHISWICK, 1999; BASKER, 2003; RAMALHO, 2005; FREGUGLIA, 2007; CUTILLO & CICCARELLI, 2011; SILVA FILHO & MAIA, 2018). Os principais modelos teóricos mostram que a força de trabalho tende a migrar em busca de rendimentos do trabalho acima da média (CHISWICK, 1978; CARD, 2002b). Nesta perspectiva, o movimento migratório ocorre de regiões economicamente frágeis para aquelas com estruturas produtivas de maior envergadura; e, conseqüentemente, maior capacidade de absorção da força de trabalho (LEWIS, 1969; TAYLOR, 1999; GREEN *et al.*, 2001).

As evidências empíricas têm mostrado que a migração do fator de produção trabalho também tem forte relação com os salários praticados na economia. Autores como Card (2001a; 2001b) mostra que nos Estados Unidos, o fluxo do fator de produção trabalho pode promover a equalização de salários nominais entre os estados americanos. Isso se dar, sobretudo, pelo fato de o mercado se ajustar a sua oferta de trabalho; e, desta forma, à medida que se praticam salários nominais mais elevados, eleva-se, em consequência, a oferta de mão de obra por melhores salários. Assim sendo, eles tendem a reduzir-se ao seu limite mínimo institucionalizado.

Outra importante questão se despostada no que pertine a oferta de trabalho: as regiões economicamente mais dinâmicas tendem a atrair maior parcela do capital humano em busca de inserção ocupacional (FIESS & VERNER, 2003; RIBEIRO & BASTOS, 2004; RAMALHO, 2005; SILVA FILHO & MAIA, 2018). Desta feita, é possível que as taxas de desemprego se elevem, em crises, em locais com maior oferta de trabalho, bem como a seleção por trabalhadores mais produtivos possam acentuar-se em áreas onde há maior oferta de mão de obra (FERREIRA & DINIZ, 1995; RAMALHO, 2005; DUSTMANN & GLITZ, 2011; CAMBOTA & PONTES, 2012). Com isso, a dinâmica dos fluxos migratórios orientada para regiões economicamente mais dinâmicas, além de promover ajuste salarial, ela pode provocar maior processo de seleção da força de trabalho, retirando do mercado aqueles menos produtivos (SILVA FILHO *et al.*, 2018).

Nestes aspectos, é relevante destacar que a migração pode elevar as disparidades regionais (CANÇADO, 1999; RAMALHO, 2005; DUSTMANN & GLITZ, 2011). Parte substancial dos estudos empíricos mostram que há seletividade positiva migratória nos fluxos de mão de obra de uma região natural à outra região. Assim, a força de trabalho mais produtiva, com características não observáveis que os tornam positivamente selecionados, impactam diretamente sobre a decisão de migração; e, em consequência, sobre os diferenciais salariais (FERREIRA & DINIZ, 1995; RAMALHO, 2005; DUSTMANN & GLITZ, 2011; CAMBOTA & PONTES, 2012; SILVA FILHO & RESENDE, 2018). Com isso, os migrantes auferem maiores rendimentos do trabalho do que os não migrantes, o que pode resultar das características produtivas não observáveis que são inerentes dos indivíduos migrantes (MENEZES & FERREIRA JUNIOR, 2003; MACIEL & HERMETO, 2011; FREGUGLIA & MENEZES-FILHO, 2012; GAMA & MACHADO, 2014).

É pertinente destacar que a força de trabalho mais produtiva é a que migra, uma vez que as características não observáveis que afetam na decisão de migração também corroboram diferenciais de rendimentos em seu favor. Ou seja, são mais produtivos, por isso, melhores remunerados (RAMALHO, 2005; FREGUGLIA, 2007; CUTILLO & CICCARELLI, 2011; SILVA FILHO *et al.*, 2018). Geralmente, a dinâmica migratória acontece de uma região economicamente menos dinâmica para uma de maior dinamismo. Assim, a intensidade dos fluxos migratória pode elevar as disparidades, uma vez que os mais produtivos são os que deixam as regiões originárias para outras regiões. Destarte, eleva-se o potencial produtivo das

regiões de destino, em detrimento da região originária (CANÇADO, 1999; RAMALHO, 2005; DUSTMANN & GLITZ, 2011; CUTILLO & CICCARELLI, 2011; FREGUGLIA & MENEZES-FILHO, 2012). A perda de capital humano mais produtivo pode acentuar ainda mais as disparidades regionais (CANÇADO, 1999; RAMALHO, 2005).

Por outro lado, parte da literatura propõe que a força de trabalho migrante contribui com a redução das disparidades, uma vez que há transferência de renda dos migrantes para suas famílias que ficam (LEWIS, 1969; MENEZES & FERREIRA JUNIOR, 2003; FREGUGLIA & MENEZES-FILHO, 2012). Na literatura empírica nacional não foi possível constatar essa equalização de rendas regionais de forma significativa, tão pouco inferir por uma convergência de renda de longo prazo (CANÇADO, 1999). O que, de fato, se observa, é que as disparidades podem se elevar com a perda de capital humano produtivo (SILVA FILHO *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, a migração da força de trabalho registra divergência teórica na sua interpretação e os resultados empíricos tendem a convergir para a hipótese de que há seleção positiva migratória. Sendo assim, a força de trabalho mais produtiva é detentora de características não observáveis que os tornam positivamente selecionados na decisão de migração e que estas características podem impactar diretamente sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho (RAMALHO, 2005; FREGUGLIA, 2007; SILVA FILHO *et al.*, 2018).

Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar se há seleção positiva migratória nos fluxos intermunicipais em Pernambuco. Ou seja, se o migrante que sai de um município para outro e reside atualmente no estado pernambucano possui características produtivas não observáveis que os tornam positivamente selecionados. Para tanto, recorre-se ao modelo de Heckman (1979) em dois estágios como correção de viés de seleção amostral. Para tal, utilizou-se dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Desta forma, o artigo encontra-se, assim, estruturado: além destas considerações iniciais, na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados; na terceira seção, apresentam-se algumas estatísticas descritivas da força de trabalho nos municípios pernambucanos; na quarta seção, apresentam-se os resultados empíricos e suas análises; por último, na quinta seção, tecem-se as considerações finais.

2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados visam descrever a base de dados e as medidas adotadas, de acordo com a literatura, para tomar as devidas interações das informações censitárias e permitir os usos das mesmas variáveis em ambos os anos. Desta forma, utilizou-se dados dos Censos Demográficos do Brasil referentes aos anos de 2000 e de 2010. A Unidade da Federação selecionada foi o estado de Pernambuco. Este estado representa a segunda maior economia do Nordeste e vem se despontando tanto em atividades da indústria (Região Metropolitana do Recife – RMR) quanto na agricultura (Região do São Francisco, sobretudo no município de Petrolina).

2.1. Definição de migração e composição da amostra

A composição da migração deste artigo refere-se somente a migração de data fixa. A migração de data fixa é aquela referente a um período de tempo menor que cinco anos de permanência no novo município. Ademais, trabalha-se com migração intermunicipal, uma vez que a literatura mostra que nos Censos de 2000 e de 2010 a intensificação de fluxos migratórios é de curta distância (VASCONCELLOS & GIGOTTI, 2005; LIMA & BRAGA, 2013), sendo

assim, necessário captar os efeitos dos fluxos de municípios de outras Unidades da Federação para o estado de Pernambuco, bem como a migração entre os municípios pernambucanos.

Adicionalmente, destaque-se que, por orientação de Chiswick (1979; 1999), a migração de data fixa é a que permite captar se as características não observáveis dos migrantes afetam os diferenciais de rendimentos do trabalho, uma vez que, na compreensão deste autor, à medida que avança o tempo de permanência em outros municípios, a força de trabalho pode perder as características não observáveis e assemelhar-se, no longo prazo, a um nativo. Por esta razão, trabalha-se com a migração de data fixa. Fixou-se a data de migração, ao selecionar a variável da pergunta dos Censos, a saber: o indivíduo residia em outro município em 31/07/1995 e 01/08/2005, nos Censos de 2000 e de 2010, respectivamente.

A amostra é composta por ocupados com idade entre 18 e 60 anos e com rendimentos oriundos do trabalho maior que zero. Além disso, foi retirada da amostra todos os indivíduos que deixaram de responder a qualquer uma das perguntas utilizadas na composição das variáveis deste artigo. O recorte etário procurou trabalhar somente com pessoas em idade com a qual a decisão de migração não possa mais ser influência das famílias (mais de 18 anos), mas a maioria lhe permite decidir ir ou ficar; bem como aqueles com idade acima de 60 anos que já podem ter aposentadorias no trabalho nas áreas rurais e a decisão de migração não seja influenciada pela busca de trabalho, não sendo assim interessante sua participação para um estudo desta natureza.

2.1 Variáveis utilizadas

Neste estudo, optou-se pelo uso de variáveis tanto socioeconômicas quanto demográficas que podem impactar na decisão de migração, bem como nos diferenciais de rendimentos do trabalho. As variáveis estão plotadas na tabela, a seguir.

Tabela 01: Descrição das variáveis utilizadas na pesquisa nos Censos demográficos de 2000/2010

Variáveis	Descrição
Migra	Migração de data fixa: local onde morava em 31 de julho de 1995 e em 01 de agosto de 2005, nos Censos de 2000 e de 2010, respectivamente. (1) para migrantes e (0) para não migrantes.
Sexo (masculino)	Sexo da pessoa (1) para masculino e (0) para feminino em 2000 e em 2010.
Racacor (Branco)	Raça/cor da pessoa (1) para Branco e (0) para pretos e pardos - em 2000 e em 2010. Indígenas foram excluídos da amostra por não apresentarem representatividade.
Idade	Idade da pessoa em anos (2000/2010).
Idade ²	Idade da pessoa em anos ao quadrado (2000/2010).
Fundcompmedinc	Para a pessoa que se declarou com ensino fundamental completo ou com ensino médio incompleto (2000/2010).
Medcompsupinc	Para a pessoa que se declarou com ensino médio completo ou com o ensino superior incompleto (2000/2010).
Supcomp	Para a pessoa que se declarou com ensino superior completo (2000/2010).
Estadocivil (casado)	Estado civil da pessoa (1) para casado e (0) para os demais.
Chefedom	Chefe de domicílio (1) para chefe e (0) para os demais.
Rendatrab	Renda da pessoa no trabalho principal ou em outro trabalho.

Ln_rendatrab	Logaritmo natural da renda da pessoa no trabalho principal ou em outro trabalho.
--------------	--

Fonte: elaboração dos autores a partir dos Censos demográficos de 2000/2010.

As variáveis acima são aceitas na literatura nacional e internacional, tanto no que pertine a decisão de migração quanto sobre os seus impactos no que diz respeito aos diferenciais de rendimentos do trabalho (SANTOS JÚNIOR, 2002; FREGUGLIA, 2007; SILVA *et. al.*, 2016; GAMA & HERMETO, 2017). O primeiro estágio de Heckman (1979) diz respeito a decisão de migração e o segundo estágio de Heckman (1979) aos diferenciais de rendimentos entre os que migraram segundo suas características socioeconômicas e demográficas.

2.2 Modelo empírico

O modelo empírico utilizado neste artigo segue a denominação clássica de uma equação salarial de Mincer (1971), em que o salário da força de trabalho pode ser diferente em função de sexo, idade, experiência, escolaridade, dentre outras características pessoais e do mercado de trabalho no qual o indivíduo está inserido. Assim, a equação que se segue, procura identificar os diferenciais de rendimentos do trabalho entre os migrantes intermunicipais pernambucanos.

$$\ln(w_i) = \alpha + \beta'X_i + \phi M_i + u_i \quad (1)$$

Assim, tem-se que: w_i é o rendimento do trabalho do indivíduo i , X_i é um vetor de variáveis de controle das características do indivíduo, M_i é uma variável *dummy* que assume 1 caso o indivíduo seja um migrante intermunicipal em Pernambuco e o valor 0, caso contrário; e u_i corresponde ao componente estocástico do modelo.

Considerando-se que tanto as características observáveis quanto as não observáveis afetam a decisão de migração, tem-se a equação seguinte:

$$M_i^* = \delta Z_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

Em que Z_i é um vetor de características observáveis que afetam a decisão de migração do indivíduo i . Assim, a probabilidade de migração deve acontecer ($M = 1$) se $M^* > 0$, quando há probabilidade do migrante obter rendimentos maior que zero.

Com efeito, o primeiro estágio do modelo de Heckman (1979) orienta pela estimação de um modelo (2) através de um *Probit*. Nessas circunstâncias, a probabilidade de um indivíduo i migrar deve ser calculada da forma que se segue:

$$P(M = 1) = P(M^* > 0) = P(\delta Z_i + \varepsilon_i > 0) = P(\varepsilon_i > -\delta Z_i) \quad (3)$$

Com a suposição de que u_i e ε_i são normalmente distribuídos e com média zero, além de correlação ρ , define-se a esperança da equação (1) como sendo:

$$E[\ln(w_i) | \varepsilon_i > -\delta Z_i] + u_i = \alpha + \beta'X_i + \phi M_i + \delta \lambda_i(a_\varepsilon) + u_i \quad (4)$$

Em que,

$$a_\varepsilon = -\delta Z_i / \sigma_\varepsilon \text{ e } \lambda(a_\varepsilon) = \frac{\phi(\delta Z_i / \sigma_\varepsilon)}{\Phi(\delta Z_i / \sigma_\varepsilon)} \quad (5)$$

Sendo que o λ é denominado o *Inverse Mill Ratio*. Destaque-se, assim que, a relação entre λ e ρ : segundo Greene (2003), tem a seguinte definição: se $\rho \neq 0$, então necessariamente deve-se incluir λ na equação de interesse, com o fito de não levar a estimações viesadas. Na literatura nacional e internacional, analisa-se somente a significância estatística do λ e o sinal de ρ . Se λ for significativo estatisticamente, afirma-se a importância da correção do viés de seleção. Já o ρ – uma vez que representa a correlação entre os componentes estocásticos das duas especificações de Heckman – indica se as variáveis não observáveis (u_i e ε_i) são positiva ou negativamente correlacionadas com o estágio 1 e 2 de Heckman (VARTATIAN, 2015).

Posterior aos exercícios anteriormente definidos e realizados, pode-se seguir ao segundo estágio do modelo proposto por Heckman que consiste em estimar por MQO a regressão, que se segue:

$$\ln(w_i) = \alpha + \beta'X_i + \phi M_i + \delta \lambda_i + u_i \quad (6)$$

No que pertine ao ρ , considera-se que há características não observáveis, ou seja, a seleção é positiva como um potencial fator não observável – ambição, dinamismo, ousadia, etc., - tem-se que um $\rho > 0$ significa que as características não observáveis estão positivamente correlacionados tanto com a decisão de migrar (primeiro estágio de Heckman), quanto com os diferenciais de rendimentos entre os migrantes e não migrantes (segundo estágio de Heckman). Destarte, se, um $\rho < 0$ pode ser interpretado como sendo que os fatores não observáveis têm relação inversa com a probabilidade de migração. Ou seja, os migrantes intermunicipais pernambucanos não são positivamente selecionados. Desta forma, caso haja diferenciais de rendimentos do trabalho em seu favor, deve-se as características observáveis, ou seja, ao investimento em migração, como maior experiência profissional, melhor escolaridade, dentre outras.

3 Análise de dados descritivos

De acordo com a literatura empírica, na dinâmica migratória, salvo em casos em que a migração seja forçada, as regiões economicamente mais desenvolvidas são os mais importantes centros de atração de migrantes ao longo dos anos. Apesar da redução dos fluxos, as áreas com atividades econômicas mais aquecidas são as que mais atraem migrantes em todo o mundo (SJAASTADE, 1980; LEE, 1980; MARTINE, 1987). Por um lado, os efeitos da capacidade de atração de migrantes são positivos, uma vez que se eleva a oferta de trabalho e conseqüentemente uma elevação da renda agregada nas escalas regionais das áreas receptoras; por outro lado, os problemas cíclicos afetam sobremaneira as regiões economicamente mais desenvolvidas; e, em crises, elas são as mais afetadas nos seus níveis de emprego e de distribuição de renda (CARD, 2001a).

As regiões economicamente não dinâmicas acabam emitindo quantidade substancial do fator de produção trabalho para outras regiões (SILVA FILHO *et al.*, 2018). Um dos problemas principais relacionado a essa questão está no fato de que, se comprovada a hipótese de seleção positiva migratória, as regiões emissoras expulsam fator de produção com habilidades diferenciadas positivamente; e, isso, faz com que elas permaneçam em situações desfavoráveis do ponto de vista do uso do fator na produção e eleve o potencial econômico das regiões receptoras, haja vista que a força de trabalho migrante é detentora de elevado potencial não observável que pode ser traduzido na melhora de sua capacidade produtiva, através do desempenho nas atividades laborais (BORJAS, 1987, 1998; CHISWICK, 1978, 1999; RAMALHO, 2005; SILVA *et al.*, 2016).

Nesses aspectos, a migração é substancialmente favorável às regiões receptoras, haja vista que eleva a capacidade produtiva local e ainda conta com força de trabalho com características não observáveis que os diferenciam da força de trabalho nativa² no processo de produção. Assim sendo, as regiões originárias acabam por enviar o capital humano mais produtivo; e, conseqüentemente, manter o seu atraso relativo em relação as regiões receptoras. Esses resultados, impactam negativamente nas diferenças de rendas regionais e os efeitos positivos elencados pelas transferências de renda da força de trabalho para membros de suas famílias que ficam, acabam não sendo suficiente para reduzir o *gap* dos diferenciais de rendimentos regionais (CANÇADO, 1999; RAMALHO, 2005, FREGUGLIA, 2007).

Os resultados plotados na figura 1 apresentam fortes evidências de que o movimento populacional ocorre em áreas economicamente mais dinâmicas em Pernambuco. No ano 2000 é possível perceber que as áreas com ganho populacional, ou seja, o saldo migratório é positivo, é sobremaneira registrado na Região Metropolitana do Recife (RMR) – PE. Entretanto, dentro da própria RMR tem-se saldos positivos e negativos. Destaca-se como saldo negativo o município de Jaboatão dos Guararapes (em azul), próximos aos municípios com grande destaque (vermelho), sendo o município do Cabo de Santo Agostinho, na parte sul da RMR, o mais relevante. Visto que a implementação da região portuária sendo no município, atraiu um grande fluxo migratório, especialmente para as áreas ligadas a indústria naval e turística.

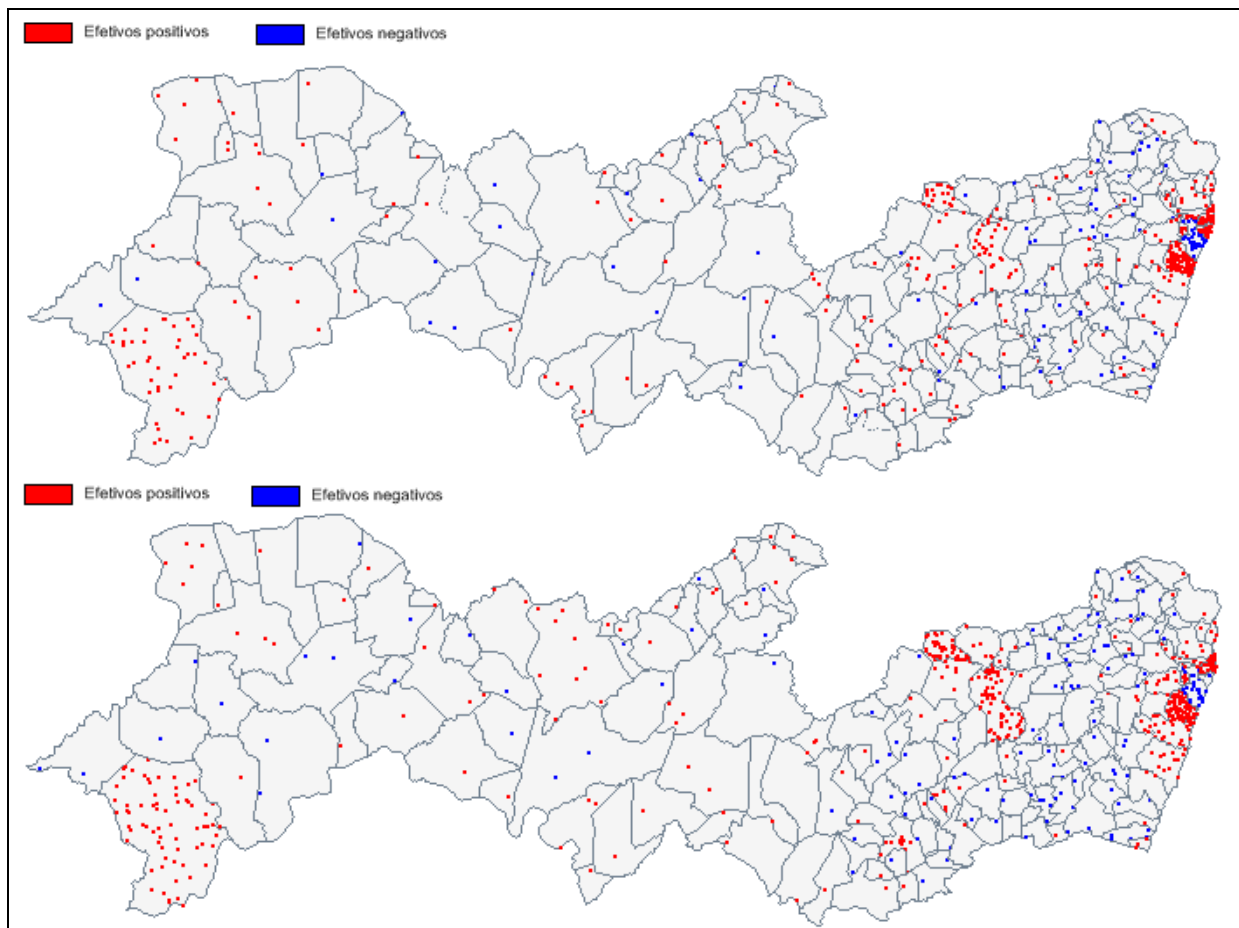


Figura 01³: Saldo Migratório (Ganho populacional ou perda populacional) dos municípios de Pernambuco em 2000/2010.

Fonte: elaboração dos autores, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010.

² Nativo, neste artigo, se refere aos não migrantes ou as pessoas que moram a mais de cinco anos no município no momento da pesquisa censitária.

³ O primeiro mapa de cada figura se refere ao ano 2000 e o segundo mapa ao ano de 2010.

Além dessas áreas, destaca-se as regiões do agronegócio no sertão pernambucano, mais especificamente na região de Fruticultura irrigada no vale do São Francisco (Petrolina – PE). No agreste, tem-se os municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, este último, devido ao polo de confecções, que é o maior da Região Nordeste e o segundo maior do Brasil.

Em 2010, a dinâmica populacional é registrada seguindo as mesmas direções já registradas no ano 2000. Porém, as intensidades dos fluxos tornam-se mais acentuadas, apesar do município de Jaboatão dos Guararapes ter diminuído o seu saldo, ainda é o município com maior saldo negativo. Uma das possíveis consequências desse fenômeno se deve ao fato de muitas fábricas terem sido fechadas entre os anos de 2000 a 2010, por exemplo, o grupo João Santos. Além de Jaboatão dos Guararapes, Recife apresentou saldo negativo. Ou seja, mais pessoas deixaram a capital do que entraram. Isso pode resultar de várias questões de natureza socioeconômica. Dentre elas: maiores oportunidades em cidades da região metropolitana no entorno da capital, já que a maioria das cidades metropolitanas apresentaram saldo positivo; elevação substancial dos preços da terra urbana e de aluguéis ao longo dos anos; aumento substancial da criminalidade, dentre outras tantas.

Na região do agreste, os municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe ainda continuaram apresentando saldos positivos, devido ao forte crescimento econômico dessas cidades. Mais ao sul da região agreste se destaca o município de Garanhuns, que exerce um efeito muito forte nos municípios vizinhos, fazendo com que seu saldo migratório seja positivo. Por fim, na região do sertão, o município de Petrolina com forte saldo positivo migratório, ainda oriundo da pujante agricultura de fruticultura irrigada.

Neste estudo, dada a importância do trabalho como hipótese da dinâmica migratória, torna-se relevante apresentar as faixas de rendimentos do trabalho nos municípios pernambucanos em ambos os Censos Demográficos. Pela figura 2 (primeiro mapa – ano 2000), é possível identificar que há uma quantidade substancialmente relevante de municípios que apresentam rendimentos médios do trabalho de até 1 salário mínimo. São esses municípios localizados nas áreas mais pobres do estado e com baixo potencial produtivo, seja industrial, seja agrícola. No ano de 2010 (segundo mapa) é possível perceber uma redução no número de municípios com renda do trabalho de até 1 salário mínimo no estado de Pernambuco.

Já os municípios com rendimentos médio do trabalho de mais de 1 a 1,5 salários mínimos estão distribuídos no estado em áreas de economias mais dinâmicas, seja agrícola ou industrial. É pertinente destacar a concentração destes no entorno metropolitano de Recife e das cidades de médio porte do estado no ano 2000. No ano de 2010 elevam-se o número de cidades com remuneração na faixa citada em todo o estado. Porém, a concentração no entorno metropolitano se manteve.

Na faixa de remuneração no trabalho de mais de 1,5 a 2 salários mínimo foram registrados somente 13 municípios no ano 2000. São municípios com concentração de atividades produtivas de maior envergadura, sobretudo de atividades da indústria e da agropecuária de produção capitalizada e com grande dinamismo econômico nas regiões produtoras. Da região do litoral até o sertão, pode-se mencionar os municípios no entorno da RMR – como Paulista e Camaragibe. Na zona da mata norte destaca-se o município de Carpina. Na região do médio agreste, os municípios com salários mínimos entre 1,5 e 2 são os de Riacho das Almas, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e São Bento do Uma. Na região do sertão tem-se: Arcoverde, Salgueiro e Ouricuri. Na região do baixo São Francisco pode-se mencionar os municípios de Jatobá e Petrolina. No ano de 2010, é possível identificar crescimento substancial no número de municípios com remuneração média no trabalho na faixa citada. Somaram-se 22 municípios no estado, principalmente na RMR com os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

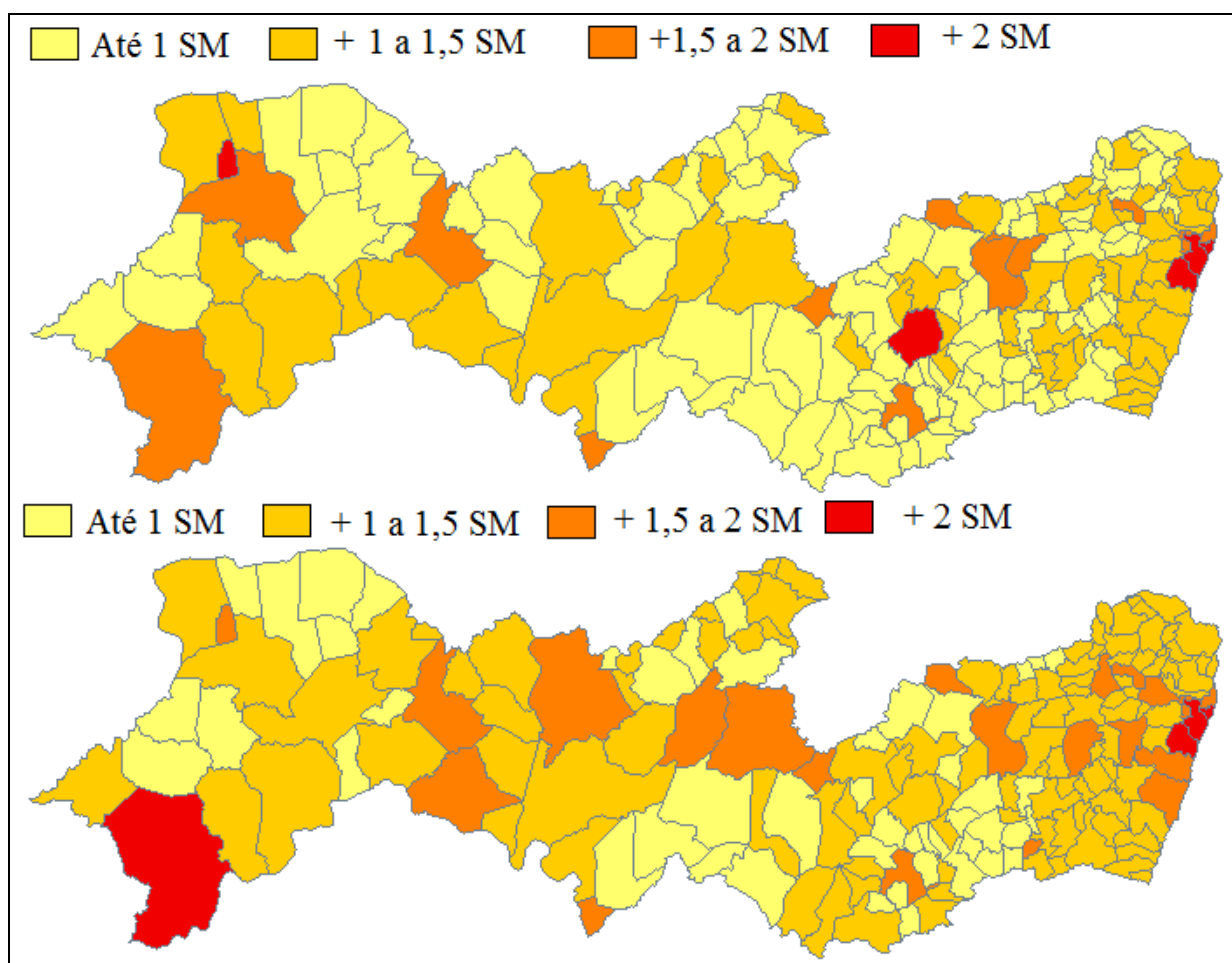


Figura 02: faixas de rendimentos oriundos do trabalho dos municípios de Pernambuco em 2000/2010.

Fonte: elaboração própria dos autores, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Ademais, na faixa de mais de 2 salários mínimos ficou restritamente registrado 5 municípios no ano 2000 – Recife, Olinda, Jaboatão, Caruaru e Trindade (um grande polo gesseiro da região do sertão) – e, 4 municípios no ano de 2010 – com a exclusão de Trindade e a inserção do município de Petrolina. O que se registrou, de fato, foi um aumento da participação de municípios na faixa de 1,5 a 2 salários mínimos, redução substancial no número de municípios na faixa de até 1 salário mínimo e uma restrita quantidade de municípios com rendimento médio oriundo do trabalho de mais de 2 salários mínimos.

No que se refere a pobreza no trabalho, a figura 3 apresenta os municípios pernambucanos por faixas percentuais tanto em 2000 quanto em 2010. Pelos resultados é possível perceber que os municípios que concentram os menores percentuais de pobres no trabalho estão na região do sertão e do São Francisco, tanto no ano 2000 quanto no ano de 2010.

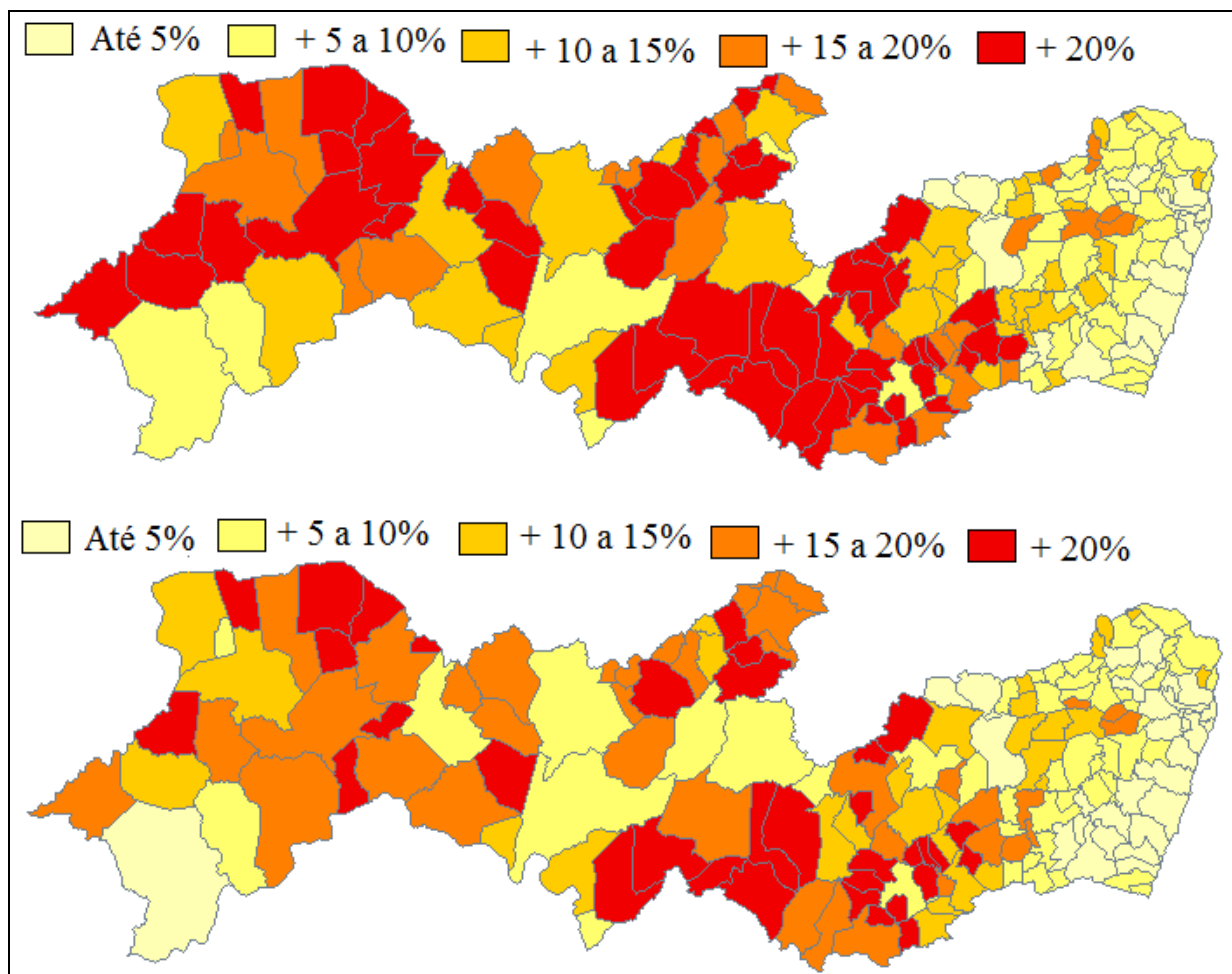


Figura 03: percentual de municípios pobres no trabalho⁴ no estado de Pernambuco em 2000/2010.

Fonte: elaboração própria dos autores, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010.

A concentração de municípios com maiores participações de pobres no trabalho ficam em áreas economicamente de pouco dinamismo e com baixa incidência de atividades produtivas de grande envergadura. Pelo mapa é possível perceber a clara relação entre nível de crescimento econômico municipal e concentração de pobreza no trabalho, e também com os municípios que apresentam menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e anos de escolaridade. Quanto mais dinâmicos são os municípios, menores são seus percentuais de pobres no trabalho. Desta forma, fica, pois, evidente a necessidade de ações efetivas para o processo de interiorização das atividades produtivas no estado de Pernambuco, com o fito de elevar a renda do trabalho, bem como reduzir a participações de ocupados pobres no trabalho nos municípios interioranos.

4 Migração intermunicipal e seleção em Pernambuco

4.1 Estatísticas descritivas

A migração da força de trabalho é um fenômeno relevante na literatura econômica. A busca por melhores oportunidade de trabalho tem sido um dos principais determinantes da

⁴ Pobreza no trabalho se refere aos ocupados com rendimentos inferior a 1/4 de salário mínimo.

migração no Brasil e isso tem relevante impacto para justificar o movimento populacional em busca de trabalho ao largo do território nacional. Um país com vasta dimensão territorial e elevadas disparidades econômicas, acaba por promover forte movimento migratória da força de trabalho em busca de condições socioeconômicas mais estáveis.

As disparidades socioeconômicas regionais e os determinantes de inserção ocupacional não são vislumbrados apenas em âmbito nacional. Tanto as regiões brasileiras quanto as próprias Unidades da Federação de cada região apresentam dinâmicas substancialmente díspar do ponto de vista econômico. Nestes aspectos, o movimento migratório interno é substancialmente elevado, também justificado pela dinâmica econômica interna dos municípios de cada estado. A corrente migratória de curta distância tem se intensificado nos último Censos, revelando ser uma das mais fortes e relevantes mudanças de fluxos (VASCONCELLOS & GIGOTTI, 2005; LIMA & BRAGA, 2013).

Os últimos Censos têm mostrado que há uma redução da dinâmica migratória de longa distância e vêm se elevado a participação de fluxos de curta distância na dinâmica migratória brasileira (LIMA & BRAGA, 2013). Nestes aspectos, a justificativa mais plausível está relacionada ao fato de se registrar melhora nos indicadores econômicos de todas as regiões brasileira, apesar de que dentro delas ainda há fortes disparidades (SILVA FILHO, 2017). Nesse sentido, a busca por melhores oportunidades de trabalho está ocorrendo dentro da própria região. Ademais, fatores culturais corrobora a permanência da força de trabalho em municípios próximos ao seu natural.

No que pertine ao movimento da força de trabalho de um município para outro com maior capacidade produtiva instalada, já que esse é o principal fator de atração da mão de obra à áreas economicamente mais dinâmica, a migração de curta distância também é relevante nos registros censitários. Considerando-se esses determinantes, é possível perceber que o movimento interno é de municípios de menor dimensão para outros de maior envergadura (SILVA FILHO *et al.*, 2018).

Em consonância, o movimento da força de trabalho apresenta algumas características socioeconômicas e demográficas que são importantes determinantes. No estado de Pernambuco, o movimento interno da força de trabalho, bem como a força de trabalho ocupada em sua totalidade está caracterizado na tabela 02. Pelas estatísticas, é possível perceber que há maioria absoluta e relativa de homens ocupados tanto migrantes quanto não migrantes em ambos os anos. Além disso, os resultados mostram que se eleva a participação dos homens ocupados em detrimento das mulheres, quando se considera o primeiro ao último ano, divergindo da tendência nacional onde pode ser observado crescimento da participação relativa de mulheres ocupadas nos mesmos Censos (MACIEL & HERMETO, 2011; GAMA & MACHADO, 2014; GAMA & HERMETO, 2017).

Acrescenta-se também que a participação de ocupados de raça/cor branca no estado de Pernambuco reduz-se tanto para migrantes quanto para os não migrantes, quando se compara o Censo de 2000 ao de 2010. No ano 2000, 44% dos ocupados migrantes declararam-se de raça/cor branca, reduzindo-se para 39% no ano de 2010, na mesma condição de migração. Os não migrantes brancos ocupados era 41% reduzindo-se para 37%. Ou seja, eleva-se relativamente a participação de não brancos ocupados no estado, que pode resultar apenas das políticas afirmativas de maior aceitação/declaração de raça/cor. A idade média da população ocupada no estado é relativamente a mesma nos dois Censos Demográficos. Ou seja, pouca variação na idade média dos ocupados pernambucanos do primeiro ao último ano.

No que pertine a escolaridade da força de trabalho ocupada no estado, é possível perceber que há redução da participação relativa daqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto migrantes e não migrantes ocupados no estado. No ano 2000, 55% dos migrantes e 59% dos não migrantes estavam nessa situação educacional. Em 2010, reduz-se para 40% a participação daqueles e para 46% a participação destes na situação educacional

supracitada. Ou seja, reduz-se a participação de ocupados com baixa escolaridade no estado de Pernambuco, sendo migrante ou não migrantes, mas menor participação daqueles em detrimento destes, sendo essa uma tendência nacionalmente constatada (GAMA & MACHADO, 2014; GAMA & HERMETO, 2017; SILVA FILHO, 2017).

Na faixa de fundamental completo e médio incompleto, a participação de migrantes e não migrantes era estatisticamente a mesma em ambos os anos. Ou seja, nessa faixa de escolaridade, tanto a força de trabalho migrantes quanto e não migrantes era relativamente iguais. Porém, elevam-se a participação de ambos nesta faixa educacional. Na faixa de ensino médio completo e superior incompleto, os migrantes são maioria, relativamente em ambos os anos. Porém, é pertinente destacar que também se eleva relativamente a participação de ambos os grupos. Além disso, a maior elevação relativa é registrada para aqueles com ensino superior completo. No ano 2000, somente 4% dos migrantes e 3% dos não migrantes ocupados no estado de Pernambuco tinha curso superior completo. Em 2010, registra-se 12% dos migrantes e 9% dos não migrantes nesta situação educacional. Ou seja, eleva-se substancialmente a participação da força de trabalho melhor escolarizada no mercado de trabalho pernambucano, sendo maior a participação dos migrantes, em detrimento dos não migrantes, o que pode justificar maior produtividade do trabalho e, conseqüentemente maior remuneração média dos ocupados no estado, conforme figura 2 apresentada na seção anterior.

Tabela 02: Caracterização socioeconômica e demográfica da população com idade entre 18 e 60 anos nos municípios de Pernambuco - 2000/2010

Variáveis	2000		2010	
	Migrante	Não Migrante	Migrante	Não Migrante
Sexo (masculino)	0,65	0,63	0,62	0,60
Racacor (branco)	0,44	0,41	0,39	0,37
Idade	32,08	34,17	32,79	35,3
Idade ²	1.134,44	1.295,16	1.182,10	1.371,70
Seminstfundinc	0,55	0,59	0,40	0,46
Fundcompmedinc	0,13	0,13	0,16	0,15
Medcompsupinc	0,27	0,24	0,32	0,30
Supcomp	0,04	0,03	0,12	0,09
Estadocivil	0,41	0,43	0,37	0,40
Chefedom	0,52	0,49	0,48	0,46
Rendatrab	1.104,41	831,71	1.123,38	823,25

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados dos Censos demográficos – 2000/2010

No que se refere ao estado civil da força de trabalho, registra-se redução daqueles casados tanto migrantes quanto não migrantes quando comparado o primeiro ao último ano, bem como redução da participação daqueles declarados chefes de domicílios para ambos os grupos. Contudo, chama atenção na tabela o fato de a renda do trabalho elevar-se para os migrantes e reduzir-se para os não migrantes, quando comparado o ano 2000 ao de 2010. Ou seja, os migrantes ocupados auferiam rendimentos médio de R\$ 1.104,41 e eleva-se para R\$ 1.123,38. Já a renda média do trabalho dos não migrantes sai de R\$ 831,71 para R\$ 823,25. Enquanto para o grupo de migrantes registra-se elevação, a dos não migrantes registra-se redução no mesmo período. Ademais, a renda média do trabalho dos migrantes é substancialmente superior à dos não migrantes nos municípios pernambucanos.

4.2 Probabilidade de migração intermunicipal em Pernambuco

As características socioeconômicas e demográficas que impactam na probabilidade de migração são relativamente semelhantes em estudos desta natureza. O sexo, a idade, a raça/cor, os níveis de escolaridade, a região de residência, o estado civil, dentre outras, são características quase comuns em estudos que analisam diferenciais de rendimentos, a partir de características socioeconômicas e demográficas da população. Porém, o impacto que tem cada uma destas variáveis é relativamente diferente, uma vez que seus resultados afetam em maior ou menor proporção, dependendo sobremaneira do espaço e tempo a serem analisados.

No que se refere a probabilidade de migração intermunicipal em Pernambuco, os dados da tabela 3 mostram que ser do sexo masculino aumenta a probabilidade de migração, de 9,8% em 2000 para 10,4% em 2010. Já para os indivíduos que se autodeclararam brancos, a probabilidade de migrar diminuiu de 4,3% para 3,9%, entre os respectivos anos. Em nível de escolaridade, a maior probabilidade de migrar se encontra nos indivíduos com nível superior completo (de 30,2% para 34,3%, nos anos analisados).

Tabela 03: Estimativa da probabilidade de migração para os municípios de Pernambuco nos Censos de 2000 e de 2010

Variável dependente = migra	2000	2010
Constante	-0,606*** (0,029)	-0,620*** (0,041)
Sexo (masculino)	0,098*** (0,006)	0,104*** (0,008)
Racacor (branco)	0,043*** (0,005)	0,039*** (0,008)
Idade	0,0001*** (0,00002)	-0,030*** (0,002)
Idade 2	0,0001*** (0,00002)	0,0002*** (0,00003)
Fundcompmedinc	0,037*** (0,008)	0,079*** (0,011)
Medcompsupinc	0,126*** (0,006)	0,132*** (0,009)
Supcomp	0,302*** (0,015)	0,343*** (0,013)
Estadocivil (casado)	-0,120*** (0,006)	-0,134*** (0,009)
Chefedom	-0,066*** (0,007)	-0,083*** (0,012)
Filho	-0,646*** (0,009)	-0,723*** (0,012)
Observações	484.428	273.556

Nota: Elaboração própria. Desvio-padrão entre parênteses. * Estatisticamente significativa no nível de 10%; ** estatisticamente significativa no nível de 5%; e *** estatisticamente significativa no nível de 1%.

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos - 2000/2010.

Já para os indivíduos que são casados, o efeito na migração é negativo, visto que muitos não querem deixar as famílias sozinhas, e esse fato aumentou de 2000 para 2010, saindo de

12% para 13,4%, a probabilidade de não migrar por ser casado. Esses resultados convergem ao proposto por Mincer (1978), uma vez que, após a união conjugal, a decisão da migração passa a ser familiar e não individual. Acompanhado a isso, o fato de ser chefe de domicílio também influencia negativamente na migração intermunicipal pernambucana, aumentando de 6,6% para 8,3% a chance de não migrar. E, por fim, e ainda correlacionado as outras duas variáveis, o fato de ocupar a posição de filho no domicílio também diminui a chance de migrar, saindo da escala de 64,6% para 72,3%. Todas as variáveis que podem aliar a decisão de migração ao arranjo familiar, têm forte influência na probabilidade de migração intermunicipal no estado de Pernambuco, ratificando as evidências encontradas por Silva Filho *et al.* (2018), na literatura nacional; e, Mincer (1978), na literatura internacional.

4.3 Diferenciais de rendimentos dos migrantes em Pernambuco

No segundo estágio de Heckman (1979), é estimada a equação de determinação dos diferenciais de rendimentos. Pelos resultados plotados na tabela 4, é possível afirmar que os homens migrantes intermunicipais em Pernambuco ganhavam 36,5% a mais que as mulheres migrantes no ano 2000; e, 38,1% a mais no ano de 2010. O aumento foi significativo nos valores assumidos pelos coeficientes, corroborando com os diferenciais de rendimentos do trabalho entre homens e mulheres migrantes nos municípios deste estado. Este fenômeno ainda é fonte de destaque de pesquisas em âmbito nacional e internacional (BROWN *et al.*, 1980; MACPHERSON & HIRSCH, 1995; NEUMAN & WEISBERG, 1998; GAMA & HERMETO, 2017).

A raça/cor apresentou coeficientes significativos, denunciando diferenciais salariais entre brancos e não brancos, mas em favor daqueles, sendo esses resultados convergentes com alguns estudos nacionais e internacionais (REIMERS, 1983; SOARES, 2000; CRESPO & REIS, 2004; KIM, 2010). No ano 2000, ser migrante de raça/cor branca conferia *gap* salarial de 17,2% a mais que os rendimentos do trabalho de um migrante não branco. No ano de 2010, os resultados mostram redução significativa, mas ainda há um *gap* de 11% em favor dos rendimentos do trabalho de um migrante branco, comparativamente a um migrante não branco.

No que se refere a idade, esta apresenta relação positiva com a renda em ambos os anos. Os resultados mostram que no ano 2000, um ano a mais impactava em 6,2% a mais na renda de um migrante intermunicipal em Pernambuco. No ano de 2010, o impacto reduziu-se a 5,3%. Ademais, a variável *idade*² mostra que a renda cresce com a idade, mas passa a decair a partir de certos anos, sendo que essa relação vai assumindo um formato de U invertido.

Tabela 04: Estimativa do segundo estágio de Heckman sobre determinação da renda do trabalho dos migrantes em Pernambuco - 2000/2010

Variável dependente = ln_rendatrab	2000	2010
Constante	4,654*** (0,059)	5,092*** (0,081)
Sexo (masculino)	0,365*** (0,010)	0,381*** (0,012)
Racacor (branco)	0,172*** (0,008)	0,110*** (0,012)
Idade	0,062*** (0,003)	0,053*** (0,003)
Idade 2	-0,001*** (0,00004)	-0,001*** (0,00005)

Fundcompmedinc	0,578*** (0,012)	0,320*** (0,017)
Medcompsupinc	1,135*** (0,010)	0,716*** (0,014)
Supcomp	2,124*** (0,023)	1,634*** (0,021)
Estadocivil (casado)	0,147*** (0,009)	0,128*** (0,012)
Chefedom	0,146*** (0,010)	0,110*** (0,012)
Inverse Mill Ratio	-0,315*** (0,025)	-0,323*** (0,032)
rho	-0,361	-0,393
Observações	484.428	273.556

Nota 1: Elaboração própria. Desvio-padrão entre parênteses. * Estatisticamente significativa no nível de 10%; ** estatisticamente significativa no nível de 5%; e *** estatisticamente significativa no nível de 1%.

Nota 2: Para o cálculo dos valores informados no artigo, foi usado a função exponencial natural, conforme sugere a literatura, a partir dos coeficientes apresentados na tabela 4 nas variáveis referentes a escolaridade

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados dos Censos Demográficos - 2000/2010.

A escolaridade é um importante determinante nos diferenciais de rendimentos entre os migrantes mais e os menos escolarizados residentes nos municípios pernambucanos. Para os que declararam ter ensino fundamental completo e ensino médio incompleto os salários eram de 79,9% no primeiro e 37,7% no segundo ano, maiores que aqueles auferido por migrantes sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (categoria de referência). Já os que declararam ter ensino médio completo e superior incompleto, os diferenciais salariais eram de 211,1% no ano 2000 e de 104,6% no ano de 2010, maiores que os rendimentos do trabalho recebidos por um migrante que estava na primeira faixa de escolaridade. Os migrantes que declararam ter ensino superior, registraram rendimentos oriundos do trabalho de 736,5% e 412,4% a mais que um migrante sem instrução ou com ensino fundamental incompleto em 2000 e em 2010, respectivamente. Pelos resultados, fica evidente que a escolaridade impacta substancialmente nos diferenciais de rendimentos entre os migrantes intermunicipais em Pernambuco. O investimento em migração é, assim, importante determinantes de melhores rendimentos no trabalho, quando a migração está consolidada, apesar da redução do impacto quando comparado o ano 2000 ao de 2010.

5 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi testar a hipótese de seletividade migratória intermunicipal em Pernambuco nos Censos Demográficos do Brasil de 2000 e de 2010. O recorte amostral se deu via faixa etária, inicialmente (18 a 60 anos); posteriormente, buscou-se deixar na amostra somente os indivíduos que responderam a todas as questões censitárias utilizadas neste estudo. Ademais, considerou-se a migração de data fixa. Ou seja, todos os indivíduos da amostra que responderam morar no município atual (2000 e 2010, respectivamente) a menos de cinco anos. Considerou-se a migração intermunicipal. Assim sendo, todos os indivíduos que tinha saído de qualquer municípios brasileiros para um município em Pernambuco, bem como o indivíduo que tinha saído de um município de Pernambuco, mas para outro município dentro do próprio estado.

A migração intermunicipal no período intercensitário mostrou-se relevante. A dinâmica migratória foi orientada para municípios com melhores níveis de crescimento econômico e com elevação de suas capacidades produtivas ao longo dos anos. A região metropolitana de Recife apresentou desempenho considerável no movimento de entrada e de saída do capital humano, bem como os municípios do estado com maior dinamismo, seja industrial, seja agropecuário. Ademais, os melhores salários oriundos do trabalho praticados na economia pernambucana foram registrados nos municípios que atraem sobremaneira capital humano, podendo ser esta a justificativa para concentração de mão de obra nas áreas de maior dinamismo. A pobreza no trabalho é relativamente menor nos municípios metropolitanos e naqueles com capacidade produtiva mais dinâmica.

A força de trabalho ocupada em Pernambuco é predominantemente masculina, de raça/cor não branca, inclusive aumentando a participação deles nos ocupados totais no ano de 2010, em detrimento daqueles que se declararam brancos. A idade média dos migrantes é inferior à dos não migrantes e de aproximadamente 32 anos para os não naturais e 35 anos para os nativos em ambos os anos analisados. Os migrantes são relativamente mais escolarizados que os não migrantes em ambos os anos, sendo que melhora a escolaridade da força de trabalho pernambucana no ano de 2010, comparativamente ao ano 2000, tanto para migrantes quanto para os naturais. Aproximadamente 40% deles são casados, tanto os migrantes quanto os não migrantes, sendo aqueles minoria em relação a questão conjugal, mas sendo eles maioria no que pertence a chefia de domicílios. Ademais, a renda do trabalho do migrante é superior a do não migrante em ambos os anos analisados.

Quanto a probabilidade de migração (primeiro estágio de Heckman), é maior para homens, de raça/cor branca; aumenta com a idade no primeiro ano e decai com a idade no segundo. A probabilidade de migração cresce com a escolaridade da força de trabalho. Ou seja, à medida que o indivíduo avança de uma faixa de escolaridade para outra, considerando-se os indivíduos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (categoria de referência), vai elevando-se a probabilidade de migração. Destarte, quanto maior a qualificação da força de trabalho, maior a probabilidade de ser migrante em um município pernambucano. Adicionalmente, destaque-se que a probabilidade de migração é menor para casados, chefes de domicílios ou que ocupam aposição de filhos nos domicílios municipais pernambucanos.

No que se refere aos diferenciais de rendimentos entre os migrantes (segundo estágio de Heckman), os homens ganham mais que as mulheres em ambos os anos, sendo que há aumento nos diferenciais de rendimentos em favor dos homens no ano de 2010; os brancos ganham mais que os não brancos em ambos os anos, com redução registrada nos diferenciais de rendimentos pela raça/cor no ano de 2010; a renda aumenta com a idade, mas de forma decrescente. Registra-se elevada disparidade de rendimentos entre os migrantes, pela escolaridade. Há elevação mais que proporcional quando se sai de uma faixa de escolaridade a outra, considerando a categoria de referência. Com ensino superior completo, os rendimentos são substancialmente elevados comparativamente a categoria de referência. Porém, os retornos à educação se reduzem no ano de 2010, comparativamente ao ano 2000, apesar de ainda serem elevados. Ademais, migrantes casados e chefes de domicílios auferem rendimentos oriundos do trabalho superior aos seus pares migrantes.

Pelos resultados, é possível constatar que a dinâmica migratória intermunicipal para o estado de Pernambuco é motivada por características não observáveis que afetam a decisão de migração (ambição, ousadia, perseverança, entusiasmo, dentre outras). Porém, o investimento em migração (melhores níveis de escolaridade) foi constatado no artigo, uma vez que o migrante intermunicipal pernambucano é mais escolarizado, em média, que os não migrantes. Nestes aspectos, cabe, pois, um estudo futuro, com o fito de analisar se são as características não observáveis que afetam a decisão de migração, que impulsionam as diferenças de rendas

em favor dos migrantes, ou se são resultado somente do investimento em migração (melhores níveis de escolaridade).

6 Referências

- AXELSSON, R.; WESTERLUND, O. (1998). A panel study of migration, self-selection and household real income. **Journal of Population Economics**, v. 11, n. 1, p. 113-126, 1998.
- BASKER, E. (2003). **Education, job search and migration**. Columbia: University of Missouri, April 2003.
- BORJAS, G. (1987). Self-selection and the earnings of immigrants. **American Economic Review**, Volume 77, pp. 531-553, 1987.
- BORJAS, G. (1998). The Economic Progresso of immigrants, **NBER Working Papers, nº 6506**, 1998.
- BROWN, R. S.; MOON, M.; ZOLOTH, B. S. (1980). Incorporating Occupational Attainment in Studies of Male-Female Earnings Differentials. **Journu1 of Human Resources**, Winter 1980.
- CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. (2012). O Papel da Migração Interna na Convergência de Rendimentos do Trabalho no Brasil, no Período de 1994 a 2009, **Revista EconomiA**, Brasília (DF), v,13, n,1, p,131-147, jan/abr 2012.
- CAMERON, A.C., TRIVEDI, P.K. (2005). **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge University Press, 2005.
- CANÇADO, J. P. (1999). Migrações e Convergência no Brasil: 1960-91. **Revista Brasileira de Economia** Rio de Janeiro v. 53, nº 2: p. 211-236, abr./ jun. 1999.
- CARD, D. (2001). Immigrant inflows, native outflows, and the local labor market impacts of higher immigration. **Journal of Labor Economics**, v. 19, n. 1, p. 22-64, 2001a.
- CARD, D. (2001). Is the new immigration really so bad? **The Economic Journal**, v. 115, p. 300-323, 2001b.
- CHISWICK, B. (1978). The effect of Americanization on the earnings of foreign-born Man, **Journal Political Economy**, v, 86, 1978.
- CHISWICK, B. (1999). Are immigrants favorable self-selected? **American Economic Review**, v 89, 1999.
- CRESPO, A. R. V.; REIS, M. C. (2004). Decomposição do componente de discriminação na desigualdade de rendimentos entre raças nos efeitos idade, período e coorte. In: Encontro Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia da ANPEC, **Anais...**, Natal, 2004.
- CUTILLO, A; CECCARELLI, C. (2012). The internal relocation premium: are migrants positively or negatively selected? Evidence from Italy. **Journal of Applied Statistics**. Vol. 39, No. 6, June 2012.
- DUSTMANN, C.; GLITZ, A. (2011). Migration and education. Centre of Research and Analysis of Migration, **Discussion Paper Series**, n.5, 2011.
- FERREIRA, A. H. B.; DINIZ, C. C. (1995). Convergência entre as rendas per capita no brasil. **Revista de Economia Política**, v 15, nº 4 (60), 1995.
- FIESS, N.; VERNER, D. (2003). Migration and human capital in Brazil during the 1990's. World Bank Policy Research **Working Paper**, n. 3093, 2003.
- FREGUGLIA, R, S.; MENEZES FILHO, N. A. (2012). Inter-regional wage differentials with individual heterogeneity: evidence from Brazil, **Ann Reg Sci** (2012) 49:17-34.
- FREGUGLIA, R. S. (2007). Efeitos da migração sobre os salários no Brasil. Tese (**Doutorado em Teoria Econômica**) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

GAMA, L. C. D.; HERMETO, A. M. (2017). Diferencial de ganhos entre migrantes e não migrantes em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Belo Horizonte, v.34, n.2, p.341-366, maio/ago. 2017.

GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. (2014). Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.

GREEN, F.; DICKERSON, A. e ARBACHE, J. (2001). A picture of wage inequality and the allocation of labor through a period of trade liberalization: the case of Brazil. **World Development**, v. 29, nº 11, 1923-1939, 2001.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

HECKMAN, J. (1979). "Sample selection bias as a specification error", **Econometrica**, Vol. 47, pp. 153-63, 1979.

KIM, C. (2010). "Decomposing the Change in the Wage Gap Between White and Black Men Over Time, 1980-2005: An Extension of the Blinder-Oaxaca Decomposition Method." **So-ciological Methods Research**, 38 (4), 619-651, 2010.

LEWIS, A. (1969). Desenvolvimento com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S.P. (1969). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. (2011). A migração interna e seletividade: Uma aplicação para o Brasil. In: Anais do Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2011, Foz do Iguaçu, **Anais...**, Paraná, 2011.

MACPHERSON, D.A.; HIRSCH, B.T. (1995), Wages and gender composition: why do women's jobs pay less?, **Journal of Labor Economics**, Vol. 13, pp. 426-71.

MENEZES, T.; FERREIRA JÚNIOR, D. (2003). Migração e Convergência de Renda, **Texto para Discursão** – Nereus 13-2003, São Paulo.

MINCER, J. (1971). **Shooling, experience, and earnings**. New York: National Bureau of Economic, 1971. <<http://www.nber.org>>. Acesso em: outubro de 2016).

MINCER, J. (1978). Family Migration Decisions. **The Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, out/1978, p. 749-773, 1978.

NEUMAN, S. and WEISBERG, J. (1998), Gender wage differentials and discrimination among Israeli managers, **International Journal of Manpower**, Vol. 19 No. 3, pp. 161-70.

RAMALHO, H. M. B. (2005). Migração, seleção e desigualdade de renda: evidências para o Brasil metropolitano a partir do Censo demográfico de 2000, Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Economia (**Dissertação de Mestrado**), 2005.

REIMERS, C. W. (1983). Labor Market discrimination Against Hispanic and Black Man. **The Review of Economics and Statistics**, 56 (4), 1983.

RIBEIRO, E. P.; BASTOS, V. M. (2004). Viés de Seleção, Retornos à Educação e Migração no Brasil. In: XXVI Encontro Brasileiro de Econometria, **Anais...**, 2004.

SANTOS JUNIOR, E. R. (2002). Migração e seleção: o caso do Brasil. Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. (**Dissertação de Mestrado**) Rio de Janeiro, 2002.

SILVA FILHO, L. A.; MAIA, A. G. (2018). Migração e condição de atividade no mercado de trabalho brasileiro. In: XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2018, Caruaru – PE, **Anais...**, 2018.

SILVA FILHO, L. A.; RESENDE, G. M. (2018). Migração intermunicipal e seleção no Nordeste: evidências empíricas no período intercensitário. In: XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2018, Caruaru – PE, **Anais...**, 2018.

SILVA FILHO, L. A.; MAIA, A. G.; SIQUEIRA, R. M. (2018). Migração, seleção e diferenciais de rendimentos no Ceará: evidências empíricas nos anos 2000. In: XVI Encontro

Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2018, Caruaru – PE, **Anais...**, 2018.

SILVA, Y. C. L.; SILVA FILHO, L. A.; CAVALCANTI, D. M. (2016), Migração, seleção e diferenciais de renda na região Norte do Brasil em 2010, XX Encontro da Associação Brasileira de Estudos da População – ABEP, **Anais...** Foz do Iguaçu – PR, 2016.

SOARES, S. S. D. (2000). O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: Ipea, nov. 2000 (**Texto para Discussão**, n. 769).

TAYLOR, J. E. (1999). The new economics of labor migration and the role of remittances in the migration process. **International Migration** 37:63-88, 1999.

VASCONCELLOS, I, R, P.; RIGOTTI, J. I. R. (2005). Migrações entre os municípios brasileiros, a partir das informações dos Censos demográficos de 1991 e 2000, In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005, Rio de Janeiro, Anais IV Encontro Nacional sobre Migrações, Campinas: ABEP, **Anais...**, 2005, v, 3, p, 1-19.